

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO – 2026 / 2027

SINDEPAN/MG - SINDICATO DOS EMPREGADOS NA INDÚSTRIA DA ALIMENTAÇÃO DE CURVELO E REGIÃO, CNPJ n. 05.654.631/0001-48, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr.(a). WILSON AVELINO DE SOUZA;

E

FIEMG – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CNPJ n. 17.212.069/0001-81, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr.(a). LUCIANA CHARBEL LEITÃO DE ALMEIDA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 24 (vinte e quatro) meses, ou seja: de **1º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2027** e a data-base da categoria em 1º (primeiro) de janeiro, ressalvada nova negociação na próxima Data-Base de 1º (primeiro) de janeiro de 2027, que irá tratar das cláusulas de natureza econômicas, e das contribuições sindicais.

CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) dos **Trabalhadores na indústria do, milho, mandioca; Na indústria do feijão e aveia; Na indústria de refinação de sal; Na indústria de produtos de cacau, balas e goma mascar; Na indústria do mate; Na indústria do azeite e óleos alimentícios; Na indústria de doces e conservas alimentícias; Na indústria do fumo; Na indústria da imunização, tratamento e industrialização de frutas e ECONOMICA** constantes dos grupos correspondentes ao ramo da indústria, com abrangência territorial em **Abaeté/MG, Alvorada de Minas/MG, Augusto de Lima/MG, Buenópolis/MG, Conceição do Mato Dentro/MG, Congonhas do Norte/MG, Cordisburgo/MG, Corinto/MG, Curvelo/MG, Datas/MG, Diamantina/MG, Estiva/MG, Felixlândia/MG, Gouveia/MG, Inimutaba/MG, Joaquim Felício/MG, Lassance/MG, Monjolos/MG, Morada Nova de Minas/MG, Morro da Garça/MG, Pompéu/MG, Presidente Juscelino/MG, Presidente Kubitschek/MG, Santa Bárbara/MG, Santo Hipólito/MG, São Gonçalo do Abaeté/MG, Serro/MG, Três Marias/MG e Várzea da Palma/MG.**

Salários, Reajustes e Pagamento Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA – SALÁRIO DE INGRESSO

Será garantido ao empregado, a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2026, um salário de ingresso de acordo com os seguintes critérios:

Empresas que contavam, em 31/12/2025, com até 60 (sessenta) empregados:

Para todos os empregados, inclusive balconista: R\$ 1.644,41 (um mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos);

Empresas que contavam, em 31/12/2025, com mais de 60 (sessenta) empregados:

Para todos os empregados, inclusive balconista: R\$ 1.687,12 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e doze centavos).

Reajustes / Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

Os salários dos empregados da categoria profissional conveniente serão reajustados em 1º (primeiro) de janeiro de 2026, com o percentual de 3,90% (três inteiros e noventa centésimos por cento), incidentes sobre os salários de 1º (primeiro) de janeiro de 2025, podendo ser compensados todas as antecipações ou reajustes salariais espontâneos ou compulsórios que tenham sido concedidos a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2025, salvo os decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial, implemento de idade, término de aprendizado.

CLÁUSULA QUINTA - ADMISSÕES APÓS A DATA-BASE

Os empregados admitidos após 1º (primeiro) de janeiro de 2025 terão seus salários reajustados em **1º de janeiro de 2026** proporcionalmente ao tempo de serviço, devendo ser aplicado 1/12 (um doze avos) do percentual de correção previsto na Cláusula Primeira, conforme o caso, por mês de serviço ou fração superior a 15 (quinze) dias, a incidir sobre o salário de admissão, ficando compensados todos e quaisquer aumentos, reajustes ou antecipações salariais que tenham sido concedidos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Com a aplicação do critério estabelecido nesta cláusula não poderá o empregado mais novo na empresa perceber salário superior ao do mais antigo na mesma função.

CLÁUSULA SEXTA - QUITAÇÃO

Com o cumprimento das obrigações salariais previstas neste acordo considerar-se-ão integralmente satisfeitas as determinações da Lei nº 10.192, de 14/02/2001, ficando expressamente quitadas eventuais perdas salariais que tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA SÉTIMA - DIFERENÇAS SALARIAIS / PRAZO PARA PAGAMENTO

As eventuais diferenças salariais decorrentes da aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho, relativas aos salários dos meses de **janeiro e fevereiro de 2026**, poderão ser pagas, sem acréscimos legais, juntamente com os salário(s) do(s) mes(es) de **março de 2026**.

Parágrafo único – Caso as empresas, considerando a data de assinatura deste instrumento, não consigam viabilizar o pagamento das diferenças salariais juntamente com os salários de março, poderão fazê-lo juntamente com os salários de abril/2026.

CLÁUSULA OITAVA – ABONO DE ASSIDUIDADE

Considerando a necessidade de se estimular a frequência ao trabalho e a diminuição das faltas injustificadas dos empregados, as empresas concederão aos seus empregados que recebem piso salarial, e que no mês, não tiverem faltas injustificadas ao serviço, um abono assiduidade no valor de R\$ 100,00 (cem reais).

§ 1º - O abono deverá ser pago a partir de 1º de abril de 2026, de forma destacada do salário, podendo ser em dinheiro ou através de cartão de benefícios.

§ 2º - Não serão consideradas faltas para os fins previstos nesta cláusula as ausências ao trabalho enumeradas no art. 473 da CLT.

§ 3º - O presente abono somente será devido quando houver efetivo trabalho no mês de referência, não sendo devido no caso de férias e demais licenças.

§ 4º - Fica a critério das empresas, por liberalidade, estender o presente benefício aos empregados com salário superior ao piso salarial.

§ 5º - O abono previsto nesta cláusula não se incorporará ao salário para quaisquer efeitos e não sofrerá incidências trabalhistas e previdenciárias, conforme expressamente previsto no art. 547 da CLT e no art. 28, § 9º, "z", da Lei 8.212 de 24 de julho de 1991.

Pagamento de Salário Formas e Prazos

CLÁUSULA NONA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As empresas se obrigam a fornecer a seus empregados em papel ou meio eletrônico, comprovante de pagamento de seus salários, com discriminação dos valores e dos respectivos descontos.

Isonomia Salarial

CLÁUSULA DÉCIMA - SALÁRIO DE SUBSTITUIÇÃO

Fica assegurado ao empregado substituto, nas substituições superiores a 30 (trinta) dias consecutivos, mesmo quando eventuais, exceto em caso de férias, o direito de receber salário igual ao do empregado substituído.

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - HORAS EXTRAS

As horas extraordinárias serão remuneradas na forma a seguir:

- a) Com acréscimo de 60% (sessenta por cento), em relação à hora normal, as horas extraordinárias trabalhadas nos dias úteis;
- b) Com acréscimo de 100% (cem por cento), independentemente da remuneração normal dos dias de repouso semanal remunerado e feriados, as horas neles trabalhadas, exceto se for concedido outro dia de folga.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os percentuais a que se refere esta cláusula não se aplicam aos empregados que trabalham em turnos ininterruptos de revezamento, no que se refere à prestação de horas extras excedentes da 6ª (sexta) hora diária até o limite da 8ª (oitava), aplicando-se a estas horas extras o adicional de 50% (cinquenta por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CARGOS DE GESTÃO / HORAS EXTRAS

Os empregados exercentes de cargos de gestão (gerentes) ou equiparados (Diretores e Chefes de Departamento ou filial), isentos de marcação de ponto e que recebem gratificação de função, não faz jus a horas extras, mesmo que não tenham gestão plena (mandato).

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO FUNERAL

As empresas se obrigam a pagar, juntamente com os salários e/ou verbas rescisórias, importância equivalente a 01 (um) salário nominal do empregado, assegurando-se um mínimo de 02 (dois) e um máximo de 04 (quatro) salários-mínimos vigentes por ocasião do falecimento do empregado, a título de auxílio funeral.

§ 1º: Ficam excluídas das disposições desta cláusula as empresas que mantenham seguro de vida para seus empregados;

§ 2º: O pagamento previsto nesta cláusula poderá ser efetuado diretamente pela empresa ou através de Fundação da qual seja mantenedora.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORNECIMENTO DE “ AAS”

As empresas se obrigam a fornecer ao empregado que for desligado da mesma, quando solicitado, o formulário denominado “AAS - Atestado de Afastamento e Salários”, devidamente preenchido.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PRAZO PARA PAGAMENTO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Quando da dispensa do empregado, em qualquer hipótese, ainda que dispensado do cumprimento do Aviso Prévio, o prazo para pagamento das verbas rescisórias será em conformidade com o art. 477.

Relações de Trabalho / Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades Estabilidade Mãe

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - GESTANTE - GARANTIA DE EMPREGO OU SALÁRIO

As empresas dão garantia de emprego ou salário à empregada gestante, pelo período de 60 (sessenta) dias, após a data da cessação da licença previdenciária ou maternidade.

Estabilidade Serviço Militar

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - GARANTIA - EMPREGADO QUE RETORNA DO SERVIÇO MILITAR

Fica assegurado ao empregado que retornar à empresa após a cessação (baixa) de prestação de serviço militar obrigatório, a garantia de emprego ou de salário de até 60 (sessenta) dias após o retorno.

Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - GARANTIA - RETORNO EMPREGADO INSS

As empresas se obrigam a dar garantia de emprego ou de salário, pelo prazo de 90 (noventa) dias, ao empregado que retornar ao serviço, após gozo de benefício previdenciário, por prazo superior a 30 (trinta) dias, em decorrência de doença, exceto no caso de contrato de experiência.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - GARANTIA DE EMPREGO OU CONTRIBUIÇÃO NO PERÍODO DE PRÉ-APOSENTADORIA

O empregado que contar com mais de 02 (dois) anos contínuos de serviços prestados a mesma empresa e que comprovadamente estiver a 12 (doze) meses para aquisição do direito à aposentadoria integral, prevista nos artigos 52 a 58 da Lei 8.213/91, não poderá ser dispensado até que complete o tempo necessário à obtenção de sua aposentadoria.

§ 1º: A garantia prevista na cláusula somente ocorrerá quando o empregado estiver a 12 (doze) meses para se aposentar e, completado o tempo necessário à aposentadoria, cessa para a empresa, a obrigação prevista na cláusula, mesmo que o empregado não se aposente, por sua vontade ou por culpa do Instituto Previdenciário.

§ 2º: Os benefícios previstos nesta cláusula somente serão devidos, igualmente, caso o empregado, no ato de sua dispensa, informe à empresa por escrito, encontrar-se em um dos períodos de pré-aposentadoria, previstos no § 1º anterior.

§ 3º: Caso a empresa resolva dispensar o empregado, dentro de qualquer das hipóteses previstas nesta cláusula, poderá fazê-lo, mas ficará obrigada a reembolsá-lo mensalmente pelo mesmo valor que ele pagar junto à Previdência Social, durante o período que faltar para completar o tempo de contribuição referido no “caput” e que permanecer como contribuinte autônomo ou voluntário e que será, portanto, conforme previsto, no máximo de 12 (doze) meses.

§ 4º: Obtendo o empregado novo emprego, cessa para a empresa a obrigação prevista no parágrafo anterior.

§ 5º: Para efeito do reembolso, competirá ao empregado comprovar, mensalmente, perante a empresa, o pagamento que houver feito aos cofres da Previdência.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA VIGÉSIMA - ANOTAÇÃO NA CTPS

Recomenda-se às empresas anotarem, regularmente, na CTPS física e/ou digital, a real função de cada empregado com o seu respectivo salário.

Jornada de Trabalho Duração, Distribuição, Controle, Faltas Compensação de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA / SÁBADO

A jornada normal de trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de 02 (duas), sem qualquer acréscimo salarial, desde que o excesso de horas em um dia seja compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda o horário normal da semana.

§ 1º: Nas atividades em que não for conveniente a compensação dentro da mesma semana, as empresas poderão prorrogar a jornada semanal normal, até o limite de 48 (quarenta e oito) horas, desde que na semana subsequente ou antecedente, a jornada normal seja reduzida na mesma proporção da prorrogação.

§ 2º: O disposto nesta cláusula não se aplica ao trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.

§ 3º: Fica estabelecido que, inobstante a adoção do sistema de compensação de jornada previsto nesta cláusula, o sábado deverá ser considerado dia útil não trabalhado e não dia de repouso semanal, podendo as empresas voltarem a exigir o trabalho nesse dia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FERIADOS / COMPENSAÇÃO

As empresas poderão conceder aos seus empregados folga compensatória quando houver trabalho em feriados ou dias santificado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Mediante acordo individual e por escrito, as empresas poderão acordar com seus empregados a supressão da prestação de serviços nos dias 24 (vinte e quatro) e 31 (trinta e um) de dezembro, com a consequente compensação das horas não trabalhadas nesses dias, com o trabalho em número de horas correspondentes, em outro dia de feriado ou através da prorrogação da jornada em outros dias úteis. O mesmo critério poderá ser adotado na terça-feira de carnaval.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA- APURAÇÃO DO PONTO

Considerando a possibilidade de haver intercorrências próprias da administração de pessoal que por falta de tempo hábil não possam ser lançadas no mês de sua realização, fica assegurada às empresas a possibilidade de adoção de período de apuração de ponto diverso do previsto em lei, desde que preservado o intervalo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

Faltas

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - LICENÇA PARA CASAMENTO

A ausência ao trabalho, em virtude de casamento, prevista no inciso II do art. 473 da CLT, será de 03 (três) dias úteis consecutivos, não se considerando para tal efeito o dia útil já compensado.

Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - EMPREGADO ESTUDANTE

O empregado estudante, matriculado em curso regular previsto em lei, mediante comprovação prévia à empresa, através de declaração fornecida pelo estabelecimento de ensino em que estiver matriculado, poderá se ausentar do trabalho, em dias de prova, desde que o horário e prestação da prova coincidam com a jornada de trabalho do empregado.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - BANCO DE HORAS

Em conformidade com as disposições do artigo 7º, XIII, da Constituição Federal e artigos 59, §2º e 611 a 625 da CLT, o presente instrumento visa definir as condições para que seja implantada a jornada flexível de trabalho, definindo as condições de operacionalização, direito e deveres das partes. O sistema de Banco de Horas é o instrumento escolhido pelas partes para viabilizar essa flexibilização, consistindo em um programa de compensação, formado por débitos e créditos, consistindo em períodos de redução de jornada de trabalho e, conseqüentemente, períodos de compensação de 12 (doze) meses, respeitados os seguintes requisitos:

I – Trabalho além das horas normais laboradas: conversão em folgas remuneradas, na proporção de 01 (uma) hora de trabalho por 01 (uma) hora de descanso, com exceção dos serviços prestados em repouso semanal ou feriados, quando se observará a conversão de 01 (uma) hora de trabalho por 02 (duas) de descanso;

II – Horas ou dias pagos e não trabalhados na semana: compensação na oportunidade que a empresa determinar, sem direito a qualquer tipo de remuneração, salvo o adicional noturno, caso ocorra no período.

§ 1º: O gozo das folgas ou a forma de compensação deverá ser programado diretamente entre o empregado e a empresa, atendendo a conveniência de ambas as partes;

§ 2º: Sempre que possível, a empresa evitará a compensação de horas ou dias nos repouso semanais ou feriados, garantindo sempre dentro do período de 01 (um) mês uma folga aos domingos;

§ 3º: A empresa fornecerá aos empregados, extrato trimestral, informando-lhes o saldo existente no Banco de Horas;

§ 4º: A empresa fixará, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, os dias em que haverá trabalho ou folga, bem como, a sua duração e a forma de cumprimento diário, podendo abranger todos ou apenas parte dos empregados do estabelecimento;

§ 5º: O sistema de flexibilização não prejudicará o direito dos empregados quanto ao intervalo de alimentação, período de descanso entre 02 (duas) jornadas diárias de trabalho e repouso semanal;

§ 6º: A empresa garantirá o salário dos empregados referente à sua jornada contratual habitual durante a vigência do acordo, salvo faltas, atrasos injustificados, licenças médicas superiores a 15 (quinze) dias e outros afastamentos previstos em lei sem remuneração;

§ 7º: Ocorrendo desligamento do empregado, quer por iniciativa da empresa, quer por pedido de demissão, aposentadoria ou morte, a empresa pagará, junto com as demais verbas rescisórias, como se fossem horas extras, ou saldo credor de horas, aplicando-se o percentual previsto nesta Convenção Coletiva de Trabalho;

§ 8º: O saldo devedor será assumido pela empresa, exceto quando a ruptura do contrato se der por solicitação do empregado ou por motivo de justa causa, hipóteses que ensejarão o desconto das horas no acerto das verbas rescisórias. Neste caso, as horas serão cobradas sem o adicional de horas extras. Ficam, dessa forma, autorizados e reconhecidos os descontos referentes ao saldo devedor do empregado, no pagamento da rescisão contratual, nos casos previstos neste parágrafo;

§ 9º: O eventual saldo positivo ou negativo de horas que porventura venha a existir após decorrido o prazo de compensação, será regularizado pela empresa, mediante pagamento das horas positivas ou desconto do salário do empregado das horas negativas.

- a) Em caso de ocorrência de saldo positivo não compensado, o mesmo deverá ser pago ao empregado, aplicando-se o percentual de hora extra previsto nesta Convenção Coletiva de Trabalho;
- b) Em caso de ocorrência de saldo negativo, o mesmo será descontado do salário do empregado, mediante o desconto de 50% (cinquenta por cento) das horas devidas, tendo como base a remuneração da hora normal.

§ 10: A empresa, durante a vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, se compromete a envidar esforços no sentido de evitar dispensa de empregados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - LANCHE

As empresas obrigam-se a fornecer lanche gratuito aos seus empregados, convocados para prestação de serviço além da jornada legal, desde que a prestação ocorra por período não inferior a 01 (uma) hora.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - JORNADA 12 X 36

Fica facultada às empresas a instituição da denominada Jornada com 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de folga, sem que haja redução do salário, respeitando-se os pisos salariais da categoria.

PARAGRAFO ÚNICO - As horas trabalhadas, no limite de 12 (doze), serão consideradas normais, sem qualquer adicional de hora extraordinária.

Férias e Licenças Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - FÉRIAS INÍCIO

O início das férias não poderá coincidir com os sábados, domingos, feriados ou dias já compensados, exceto em relação ao pessoal sujeito a revezamento, cujo início não poderá coincidir com o dia de repouso.

Saúde e Segurança do Trabalhador Uniforme

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - UNIFORMES

As empresas que exigirem o uso de uniformes fornecerão a seus empregados, até 03 (três) uniformes de trabalho por ano.

PARÁGRAFO ÚNICO - O empregado responsabilizar-se-á:

- a) Por estrago e danos dolosos ou extravio, devendo a empresa ser indenizada nestes casos;
- b) Pela manutenção dos uniformes em condição de higiene e apresentação;
- c) Pela devolução do uniforme quando da extinção ou rescisão do contrato de trabalho.

Relações Sindicais Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL / NEGOCIAL ANUAL – EMPREGADOS.

Com base nas disposições no Artigo 513, alínea “e”, da CLT, e, nos termos da Tese de Repercussão Geral – Tema 935 do STF (Supremo Tribunal Federal), ARE1018459 e ainda cumprindo deliberação e aprovação da AGE da Categoria Profissional, neste ato, representado pelo SINDEPAN/MG., o(a) empregador(a) fica obrigado(a) a descontar da remuneração de todos os seus empregados, a importância de **6%** (seis por cento) do salário do mês de **abril de 2026**, seja ele associado-filiado ou não associado-filiado à entidade sindical profissional.

§ 1º: O repasse ao SINDEPAN/MG, do valor da Contribuição Assistencial/Negocial Anual – Empregados, deverá ser feito até o dia **10** (dez) do mês subsequente àquele do desconto realizado, cujo limite máximo será de **R\$ 90.00** (noventa reais), mediante depósito com a utilização de guia própria de recolhimento a ser extraída da Home Page da entidade sindical **www.sindepanmg.com.br** ou, em último caso, mediante depósito IDENTIFICADO diretamente na conta bancária da entidade sindical, **CNPJ (05.654.631/0001-48), conta corrente número 78.646-2, Agência/Cooperativa 3164 - Banco Sicoob União dos Vales, número 756**, devendo o(a) empregador(a) obrigatoriamente em tal situação excepcional, enviar por E-mail **sindepan.mg@uol.com.br** cópia do comprovante de depósito para a entidade sindical, no prazo de 15 (quinze) dias, juntamente a relação nominal de funcionários a que faz-se jus ao referido depósito, sob pena de o empregador(a) inadimplente pagar à entidade sindical o montante que tenha deixado de recolher, além de multa, por descumprimento desta cláusula, no importe de 2% (dois por cento) do valor devido, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, além da correção monetária do valor devido, na forma da lei.

§ 2º- Fica assegurado ao empregado associado-filiado à entidade sindical que contribuir mensalmente com o valor-teto (Mensalidade Associativa) a isenção do pagamento da Mensalidade Associativa, do referido mês de desconto da Contribuição Assistencial / Negocial Anual – Empregados, bastando, para tanto, apresentar-se, nesta condição, diretamente na Secretaria da entidade, (Sede), munido da CTPS e do último holerite (recibo de pagamento) para comprovar o recolhimento do valor-teto, ora estabelecido.

- a) Caso ocorra a inobservância ao Paragrafo Segundo e, seja efetuado o desconto da Mensalidade Associativa em conjunto com o desconto da Contribuição Assistencial Negocial / Anual – Empregados, o empregado associado-filiado deverá apresentar o contracheque/holerite para fins de comprovação ao SINDEPAN/MG, até o 10º (décimo) dia útil, para fins de ressarcimento do valor da Mensalidade Associativa;
- b) A não apresentação dentro do prazo acima estipulado, deixará configurado o aceite pelo empregado associado-filiado os descontos e, não mais caberá ao SINDEPAN/MG, o ressarcimento do valor da Mensalidade Associativa.

§ 3º: “**DIREITO DE OPOSIÇÃO À CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL / NEGOCIAL ANUAL - EMPREGADOS**” - Com base nos termos da Tese de Repercussão Geral – Tema 935 do STF (Supremo Tribunal Federal) **ARE 1018459 ED/PR**, *que versa tão somente sobre a Contribuição Assistencial / Negocial de Empregados, estabelecida em Instrumentos de Negociação Coletiva Firmados* e, ainda cumprindo deliberação e aprovação da AGE da Categoria Profissional, fica assegurado o direito de oposição dos empregados não associado-filiado à entidade sindical profissional signatária do presente instrumento coletivo de trabalho quanto ao desconto da Contribuição Assistencial / Negocial Anual – Empregados, prevista nesta CCT, e/ou Termo Aditivo a mesma, manifestada por escrito, pessoalmente, de próprio punho, direito que poderá ser manifestado estritamente no prazo de “**10 (dez) dias úteis a partir da data de assinatura do presente instrumento coletivo de trabalho**”, oposição que deverá ser manifestada da seguinte forma:

- a) Quanto aos empregados **não associado-filiados** que prestam serviços dentro da área de município em que a entidade sindical tem Sede, ou seja, em Curvelo/MG, a oposição será manifestada por escrito, pessoalmente, de próprio punho, em duas vias, contendo dados do empregado(a) e empregador(a), a oposição será manifestada por escrito, pessoalmente, de próprio punho, pelo empregado, “*no prazo de **10 (dez) dias úteis a partir da data de assinatura do presente instrumento coletivo de trabalho***”; dentre os horários das 09h00min. às 16h30min. de Segunda a Sexta Feira;

- b) Quanto aos empregados **não associado-filiados** que prestam serviços fora dos municípios da Sede da entidade sindical, a oposição DEVERÁ manifestada por escrito, pessoalmente, de próprio punho, contendo dados do empregado(a) e empregador(a), a oposição será manifestada por escrito, pessoalmente, de próprio punho, pelo empregado, *“no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data de assinatura do presente instrumento coletivo de trabalho”*, assinada pelo empregado(a), termo de oposição que deverá ser enviado através de correspondência pelos Correios com “AR”, para a sede do Sindicato Profissional;
- c) Não será admitida e nem recepcionadas, em hipótese alguma, a manifestação obreira do direito de oposição à Contribuição Assistencial / Negocial Anual – Empregados, prevista em Instrumentos de Negociação Coletiva Firmados por: e-mail, correio eletrônico, WhatsApp, e envelope, que contenha cartas de oposição de mais empregado(as).

§4º: Em caso de realização de desconto da referida Contribuição de empregado não associado-filiados, que formulou adequadamente o direito de oposição, o SINDEPAN/MG, deverá promover a devolução da quantia objeto de desconto (quantia descontada irregularmente após a data de formalização da oposição) diretamente ao empregado(a) prejudicado, pessoalmente, mediante recibo, ou através de depósito em conta bancária especialmente indicada pelo obreiro para tal fim, desde que o(a) empregador(a) tenha efetivamente e comprovadamente feito o repasse do valor descontado aos cofres da entidade sindical, restituição que observará sempre o valor histórico depositado na conta bancária da entidade sindical.

§5º: A associação-filiação superveniente à oposição gerará automaticamente a retratação quanto à oposição apresentada, ficando admitida a realização de descontos da Contribuição Assistencial / Negocial Anual – Empregados, a partir da referida associação/filiação.

§6º: O desconto e repasse da importância devida pelo empregado a título de Contribuição Assistencial / Negocial Anual – Empregados, serão de inteira responsabilidade do(a) Empregador(a), sendo que a omissão do(a) Empregador(a) na efetivação do desconto e seu respectivo repasse ao SINDEPAN/MG, farão com que a obrigação pelo pagamento da importância se reverta ao(à) mesmo(a), sem permissão de desconto junto ao empregado ou reembolso posterior pelo empregado.

§ 7º: Na eventualidade de ajuizamento de ação trabalhista por parte do empregado em que se discuta sobre a legalidade do pagamento da contribuição de que trata a presente cláusula e em havendo a condenação da empresa no ressarcimento ao empregado, a entidade sindical profissional responderá regressivamente pela integralidade da condenação/restituição perante a empresa.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL -

Conforme aprovado em assembleia, as empresas abrangidas pela presente Convenção deverão recolher uma única vez à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, uma contribuição em valor proporcional ao seu capital social, **no valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) e no máximo de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)**, de acordo com a tabela abaixo:

Contribuição Negocial Patronal - 2025	
Faixa de Capital Social da Empresa (R\$)	Valor Máximo (R\$)
Até 40.000,00	R\$ 100,00
De 40.000,01 até 100.000,00	R\$ 250,00
De 100.000,01 até 300.000,00	R\$ 375,00
De 300.000,01 até 600.000,00	R\$ 500,00
De 600.000,01 até 1.000.000,00	R\$ 625,00
De 1.000.000,01 até 1.500.000,00	R\$ 750,00
De 1.500.000,01 até 2.000.000,00	R\$ 1.000,00
De 2.000.000,01 até 3.000.000,00	R\$ 1.250,00
De 3.000.000,01 até 4.000.000,00	R\$ 1.500,00
De 4.000.000,01 até 5.000.000,00	R\$ 1.875,00
Acima de 5.000.000,01	R\$ 2.500,00

§ 1º - As empresas que não concordarem com o recolhimento previsto nesta cláusula deverão se manifestar individualmente por meio de carta enviada pelos Correios para a FIEMG, com AR (Aviso de Recebimento), até 05 dias após a data de assinatura da presente Convenção.

§ 2º - A contribuição acima deverá ser recolhida através de guia própria, que será enviada pela entidade, com vencimento no dia **15 de maio de 2026**.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA- MULTA

Fica estabelecida multa correspondente a 20% (vinte por cento) do salário-mínimo vigente à época, a favor da parte prejudicada, para o inadimplemento de cláusula desta Convenção Coletiva de Trabalho, que contenha obrigação de fazer.

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – CONDIÇÕES E VIGÊNCIA

As cláusulas, condições e benefícios desta Convenção Coletiva de Trabalho terão vigência restrita ao período pactuado para sua vigência, perdendo integralmente o seu valor normativo, com o advento do termo final prévia e expressamente fixado.

Parágrafo Único - As cláusulas, condições e benefícios desta Convenção Coletiva de Trabalho terão vigência restrita ao período pactuado para sua vigência, perdendo integralmente o seu valor normativo, com o advento do termo final prévia e expressamente fixado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ALTERAÇÃO NO SISTEMA NEGOCIAL

Caso sobrevenha lei constitucional ou ordinária alterando o atual sistema legal sobre negociações coletivas, as partes se reunirão para exame e discussão das novas regras instituídas.

E por estarem assim ajustadas, firmam a presente Convenção Coletiva de Trabalho em duas vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito.

Belo Horizonte/MG, 11 de março de 2026.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NA INDÚSTRIA DA
ALIMENTAÇÃO DE CURVELO E REGIAO - SINDEPAN/MG.

Wilson A. de Souza

Procurador(a)

FIEMG – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Luciana Charbel Leitão de Almeida - Procurador(a)